

QUEM SUSTENTA O DESENVOLVIMENTO DE QUEM? REFLEXÕES SOBRE APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELA EMPRESA NEOLIBERAL.

WHO SUPPORTS WHOSE DEVELOPMENT? REFLECTIONS ON THE APPROPRIATION OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT DISCOURSE BY THE NEOLIBERAL COMPANY.

RESUMO

A sustentabilidade também é um discurso ocidental cuja origem é o ideário ocidental do desenvolvimento, para o qual existe uma gestão que se dá a partir do seio de organizações internacionais lideradas por países capitalistas centrais que definem o que é sustentável e difundem tal concepção ao resto do mundo. O objetivo deste trabalho é apresentar a origem da ideia de sustentabilidade, uma transfiguração da ideia do desenvolvimento sustentável, que se tornou funcional à competitividade das empresas na atualidade do capitalismo neoliberal. A revisão de literatura relaciona desenvolvimento, neoliberalismo, ecologia política, geografia ambiental e desenvolvimento sustentável. Os achados deste trabalho evidenciam que enquanto a Natureza é reduzida à condição de mero recurso nos processos produtivos que sustentam o desenvolvimento capitalista, pela via discursiva, a empresa neoliberal segue apresentando-se como responsável por assegurar a realização de um desenvolvimento sustentável para a manutenção das condições de vida no planeta.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Empresa neoliberal. Neoliberalismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Sustainability is also a western discourse whose origin is the western ideology of development, for which there is a management that takes place within international organizations led by central capitalist countries that define what is sustainable and spread this concept to the rest of the world. The objective of this work is to present the origin of the idea of sustainability, a transfiguration of the idea of sustainable development, which has become functional to the competitiveness of companies in today's neoliberal capitalism. The literature review relates development, neoliberalism, political ecology, environmental geography and sustainable development. The findings of this work shows that while Nature is reduced to a mere resource in the productive processes that sustain capitalist development, through discourse, the neoliberal company continues to present itself as responsible for ensuring the achievement of sustainable development for the maintenance of living conditions on the planet.

Keywords: Sustainable development. Neoliberal enterprise. Neoliberalism. Sustainability.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar a origem da ideia de sustentabilidade, uma transfiguração da ideia do desenvolvimento sustentável, que se tornou funcional à competitividade das empresas na atualidade do capitalismo neoliberal. Parte-se do pressuposto de que é preciso haver uma análise crítica do fenômeno uma vez que a construção da ideia de desenvolvimento se deu sem pôr em questão o processo de acumulação no modo de produção capitalista. Antes de tomar como dado o sentido de sustentabilidade se faz necessário uma retrospectiva histórica que elucide as condições de produção (PÊCHEUX, 2016) de um discurso cuja raiz remonta ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial (SGM), tendo os Estados Unidos da América (EUA) como principal artífice de um ideário de desenvolvimento forjado por países tidos como potências do mundo ocidental (RIST, 2002).

Um presidente estadunidense, Harry Truman, reeleito em 1948 para seu segundo mandato (1949-53), em pronunciamento oficial de posse convocou os países pobres a seguirem a trajetória dos EUA e demais nações ricas, oferecendo conhecimento científico e tecnológico para livrá-los do atraso, da pobreza e da ignorância (SANTOS FILHO, 2005). A invenção do subdesenvolvimento é o fato histórico, responsável por atribuir, instantaneamente, a mais de dois bilhões de seres humanos, a condição de vida em situação de subdesenvolvimento. Tal fato representou uma forma de atualização de mais um processo de colonização e dominação das nações ricas e autointituladas desenvolvidas sobre o restante dos povos da Terra (BANERJEE, 2003).

O pronunciamento de posse do presidente estadunidense é um acontecimento histórico que possibilitou o que Escobar (2007) e Rist (2002) nomeiam de invenção do desenvolvimento. A pobreza e sua elevação à condição de ameaça, tanto para os países à época nomeados de subdesenvolvidos quanto para as nações capitalistas autointituladas desenvolvidas, foi uma “descoberta” do período pós SGM, o que originou uma nova guerra cujo discurso bélico se volta para questões sociais na periferia do capitalismo. Iniciava-se a rápida expansão de um domínio global por parte dos Estados Unidos, no qual se destacava uma guerra contra a pobreza no recém nomeado Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2007).

Este período, logo após a SGM, inaugura a chamada fase desenvolvimentista da história recente, na qual desenvolvimento era sinônimo de industrialização, modernização tecnológica e crescimento do PIB. Para Escobar (2007), o desenvolvimentismo foi o mecanismo ideológico que auxiliou a estruturar social e politicamente as nações jovens e também aquelas que estavam a se reconstruir por meio de um “equivalente funcional do keynesianismo”, forjando uma “imagem-destino”, uma novidade - o país desenvolvido, como uma projeção a ser alcançada pelas nações periféricas. Os EUA, portanto, se apresentavam como o modelo de nação desenvolvida, a mais moderna entre todas as sociedades (MORAES, 2006).

O desenvolvimento, desde o seu nascedouro, reforçou o antropocentrismo e o pensamento pragmático-utilitarista de dominação de uma Natureza objetificada, sedimentando em sua trajetória desde então a “[...] ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 35). A perspectiva estadunidense de relação homem-Natureza

reforçava o sentido do desenvolvimento como consequência praticamente exclusiva da utilização da ciência e da tecnologia a favor do crescimento econômico (PORTO-GONÇALVES, 2015).

A partir do período pós SGM, sob o argumento do auxílio humanitário, os pobres da periferia do capitalismo se tornaram alvo de muitas políticas e programas oriundos de organizações internacionais, dentre elas: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), universidades, fundações e centros de pesquisa (ESCOBAR, 2007).

Tornou-se urgente desenvolver as nações que padeciam do subdesenvolvimento, cujas características comuns eram a pobreza e o baixo crescimento econômico (ESCOBAR, 2007). A invenção do subdesenvolvimento representou uma fase deliberada e necessária à produção e circulação capitalista, que se dirigiu a um conjunto de países com vistas a viabilizar um processo de produção e trocas que eram necessárias aos objetivos da acumulação capitalista (HARVEY, 2006). A formação do excedente e a mais-valia gerada pelo conjunto de nações “subdesenvolvidas” têm sustentado o centro do capitalismo via acumulação por expropriação, contribuindo sobremaneira para a consolidação do modo de produção capitalista (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012).

O surgimento da problemática ambiental se deu entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970 e teve como marcos a publicação do livro *The limits to growth* e a realização da conferência da ONU sobre meio ambiente humano em Estocolmo, a qual criou a noção de ecodesenvolvimento no intuito de conciliar desenvolvimento econômico, ecologia e justiça social (NOBRE; AMAZONAS, 2002; POTT; ESTRELA, 2017). O ritmo de produtividade voltada ao crescimento econômico sem considerar a qualidade ambiental e saúde humana juntamente com as consequências da expansão demográfica eclodem como questionamentos aos limites desse crescimento. Vislumbrava-se desde então a aparente incompatibilidade entre crescimento econômico e preservação da biosfera, mais tarde, equacionada discursivamente a partir da invenção do desenvolvimento sustentável (DS).

No final dos anos 1980, pela primeira vez, o desenvolvimento recebeu o adjetivo sustentável. Esta qualificação é resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), liderada pela dinamarquesa Brundtland, cujo relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), de sua autoria, conciliava desenvolvimento e meio ambiente por meio do conceito de desenvolvimento sustentável. Em defesa de argumentos de que o desenvolvimento, que se ocupa tradicionalmente da dimensão econômica e é ambientalmente insustentável, precisava se direcionar a uma outra relação com o planeta, de modo a possibilitar às gerações futuras o desfrute dos recursos naturais, chega-se ao conteúdo divulgado no Relatório Brundtland¹. Segundo este documento, desenvolvimento não é incompatível com proteção ao meio ambiente e, para ser sustentável, é preciso incorporar três dimensões: social, econômica e ambiental.

Nas duas primeiras décadas do século XXI a ação concreta de enfrentamento aos problemas ambientais aparenta uma certa marcha lenta uma vez apesar dos avanços após a Rio-92, os princípios de proteção ambiental e um efetivo desenvolvimento sustentável produzem um efeito de sentido de entrave ao crescimento econômico (POTT; ESTRELA, 2017). Devido à repercussão do Relatório Brundtland e, posteriormente, à realização da

¹

conferência Rio 92, o DS se torna um discurso consensual global. A partir dos anos 2000, a ideia de sustentabilidade se torna comum no universo corporativo, cujas práticas social e ambientalmente sustentáveis são divulgadas à sociedade por meio de relatórios anuais.

Após esta introdução, este artigo recupera a origem do desenvolvimento enquanto um ideário forjado pelo Ocidente. Em seguida serão apresentadas críticas a partir de pensadores da periferia do capitalismo a tal compreensão acerca do desenvolvimento. Na penúltima seção discute-se o desenvolvimento sustentável e sua apropriação pelo mercado que levou até a sustentabilidade empresarial e, por fim, serão apresentadas as considerações finais do estudo.

2. Desenvolvimento como consenso ocidental

A sustentabilidade também é uma retórica tão ocidental quanto o é o desenvolvimento, uma vez que sua origem está no campo do desenvolvimento, cuja gestão se dá prioritariamente no seio de organizações internacionais do Norte global. Uma vez que os países centrais no capitalismo definem o que é sustentável e difundem tal concepção ao resto do mundo, não seria tal concepção funcional à manutenção das desigualdades centro-periferia? Não estariam, mais uma vez, os países centrais determinando a forma de participação da periferia no âmbito do seu construto de sustentabilidade?

É relevante perceber que foi criado um consenso de sustentabilidade no âmbito de um pensamento de colonialidade global, no sentido dado ao termo por Grosfoguel (2008). A construção eurocêntrica do ideário do desenvolvimento certamente faz dele um pensamento de colonialidade que só pode, decerto, difundir uma concepção do que é sustentável ou não a partir da premissa de que existe compatibilidade entre desenvolvimento e sustentabilidade, de forma que se evite a discussão sobre uma possível diminuição ou retrocesso nos padrões de crescimento econômico e acumulação infinita de capital de forma a perpetuar a reprodução do sistema mundo euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal².

Alguns acontecimentos foram marcos para se chegar no que hoje se trata por sustentabilidade. É importante notar a destacada participação de intelectuais e de organizações cuja origem é o Norte global. Em 1962, Rachel Carson publica o livro *Primavera Silenciosa*; em 1968, é realizada a Conferência da UNESCO sobre uso racional da biosfera; em 1971, cria-se o Programa o Homem e a Biosfera também na UNESCO; e em 1972, ocorre a publicação de *Limites do Crescimento*, livro sobre escassez e contaminação; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e também se realiza a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano na Suécia. Essa conferência tem uma enorme importância por ter introduzido o debate sobre meio ambiente na agenda global, e propondo que “para melhorar a qualidade ambiental seria necessário diminuir o ritmo de crescimento econômico” (OLIVEIRA, 2008, p. 22).

Depois da contribuição da Suécia em 1972, do futuro comum proclamado pela dinamarquesa Brundtland em 1987 e da Conferência das Nações Unidas (ONU) realizada no Rio de Janeiro em 1992, nos anos 2000 a tônica do discurso sobre desenvolvimento foi marcada pelo que foi posto na Declaração do Milênio, principal resultado da Cúpula da ONU

² Grosfoguel substitui o termo capitalismo, pois para ele este “é apenas uma das múltiplas e enredadas constelações da matriz de poder colonial do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu [...]” (GROSFOGUEL, 2008, p. 54)

em Nova Iorque (mais uma vez um país do Norte conduz a pauta). O ponto III desta carta trata do desenvolvimento, relacionando-o ao combate à pobreza, tornando suas promessas um consenso para a discussão do desenvolvimento, dando origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000). Dentre os 8 ODM, destaca-se o 7º que visava a garantir a sustentabilidade ambiental, demonstrando, àquela altura, o quanto a temática alcançou inserção na agenda global. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Johanesburgo, 2002), forjou os três pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e a proteção ambiental.

O desenvolvimento sustentável é um consenso ocidental, cuja concepção hegemônica se dá no Norte global e a sua assimilação pelo resto do planeta vai sendo garantida por organizações multilaterais. Nos anos 1990, segundo Iglesia-Caruncho (2005), foi se construindo um primeiro consenso internacional, uma nova concepção sobre o desenvolvimento foi estabelecida, principalmente, a partir das recomendações produzidas nas conferências internacionais da ONU. No bojo do acirramento da crise ambiental em suas variadas dimensões, tais conferências conferiram legitimidade ao debate internacional de temas globais, antes considerados de exclusiva competência nacional.

Conforme Lautier (2010), o ideário do desenvolvimento foi invadido por consensos, cuja função é “matar o debate e, ao mesmo tempo, submeter aqueles que aderem ao consenso, mesmo sem acreditar muito nele, em nome do menos pior ou na falta de algo melhor” (LAUTIER, 2010, p. 356). Fica a cargo das instituições internacionais a legitimação do consenso: inicialmente pelas Conferências da ONU, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e seus sucessores – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A formação do consenso especificamente em relação ao conceito de DS é ressaltada por Nobre (2002, p. 25) que também critica sua imprecisão uma vez que o termo “surgiu não só como uma noção fadada a produzir consenso, mas também como um enigma a ser criticado por sua vaguidão, imprecisão e caráter contraditório”.

Os ODS ou Agenda 2030 funcionam como mecanismos de coordenação do desenvolvimento sustentável. Diferente dos ODM, que foram essencialmente elaborados dentro do Secretariado da ONU, os ODS foram acordados em uma concertação entre empresas transnacionais, poderes políticos nacionais e organizações internacionais, o que revela uma confusão entre o poder político e o econômico. Teitelbaum (2010) aponta a prioridade dada às empresas e à gestão dos interesses do grande capital. No âmbito da ONU, as empresas se destacam pela sua posição hegemônica planetária, derivada do seu poderio econômico e financeiro, enquanto governos e estados nacionais, tornam-se cada vez mais apenas os gestores do sistema dominante.

Os organismos da ONU, por sua vez, têm convergido para “[...] búsqueda de financiación privada y tendencia a ocuparse de programas que interesen a las empresas, a los Estados Unidos o a otros países ricos [...]” (TEITELBAUM, 2010, p. 161-162). As empresas são designadas, pela ONU, como atores sociais, designação que as aproxima, discursivamente, das organizações da sociedade civil. Este feito se deu, principalmente, a partir do Pacto Global, como uma tentativa de mobilizar o sentido de participação também nas empresas. Portanto, destaca-se a atuação da ONU em favor de interesses privados de uma elite econômica internacional (TEITELBAUM, 2010).

2.1 Crítica a partir da periferia do capitalismo

Sintonizado com os acontecimentos que marcaram profundamente o debate sobre desenvolvimento e os impactos ao meio ambiente, em 1974, Celso Furtado questionava a ideia de que o crescimento econômico, tal qual ocorre nos países ricos industrializados, poderia se universalizar para o resto do mundo. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2015) esclarece que a solução para o subdesenvolvimento era apresentada como o crescimento econômico nos moldes de uma colonialidade do poder e do saber que não era questionada pela parte do globo que não representava o centro do capitalismo. O autor destaca ainda que, a noção de subdesenvolvimento, forjada pelo Norte, estabelecia por parâmetro de superação a conquista do padrão cultural europeu norte-ocidental e estadunidense, cuja síntese é representada pela dominação da natureza.

A crítica de Furtado (1974) dirigia-se às limitações ambientais ao crescimento, convocando à observação dos impactos gerados pela atividade produtiva, uma vez que “a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (FURTADO, 1974, p. 19). O autor adverte ainda, que tal perspectiva do desenvolvimento, ao se generalizar teria como limite a sobrevivência da espécie humana. Desmistificava-se, então, o mito de desenvolvimento a ser alcançado após uma sucessão de etapas trilhadas pelos países subdesenvolvidos, tendo como horizonte os EUA.

A designação “subdesenvolvido”, utilizada para qualificar todo país que estivesse inserido nas regiões ditas atrasadas economicamente, foi utilizada pela primeira vez no pronunciamento do presidente estadunidense Harry Truman (1949), sugerindo que o desenvolvimento seria alcançável por todos os países que seguissem a trajetória e aceitassem o apoio via conhecimento e tecnologia a serem disponibilizados pelos EUA. Aqui estaria a raiz do mito desconstruído por Furtado (1974), que demonstrou que os países subdesenvolvidos estariam em tal enquadramento para, justamente, serem funcionais ao desenvolvimento dos países capitalistas cêntricos. Segundo Rist (2002) o subdesenvolvimento era posto como uma etapa inacabada do desenvolvimento, fenômeno gerado internamente, com dinâmica própria, passível de recorrer à ajuda externa para alterar tal estágio.

No percurso para levar ao entendimento do desenvolvimento como mito, Furtado (1974) compara o centro com a periferia capitalista. No centro foi alcançado um Estado de bem-estar social, marcado pelo pleno emprego, consumo e produção em massa, com forte intervenção do Estado na economia. Na periferia predominou uma forma de desenvolvimento baseada no consumo de luxo de uma minoria frente às grandes e históricas desigualdades sociais; e uma industrialização sob a égide das grandes corporações, processo bastante diverso do que se deu com as economias centrais. O capitalismo opera na periferia à base do mimetismo cultural e da permanentemente concentração da renda que assegura à uma minoria a reprodução das formas de consumo dos países centrais.

Enquanto Furtado (1974) apresenta as diferenças que impactam no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, Santos (2011) ressalta a ação das corporações nos países periféricos chamando a atenção ao parasitismo do centro em relação à periferia. Essa última sempre tomada pelo capital internacional para obter altos lucros, vender a altos preços e obter produtos agrícolas e matérias primas a baixo preço. É perceptível, portanto, as contradições que subjazem à ideia de desenvolvimento quando observado o ponto de vista dos autores,

tornando imprescindível que haja uma crítica a partir da produção intelectual na periferia capitalista sobre os consensos que são forjados e impostos pela colonialidade do Norte global.

Nesse sentido, é importante que se fortaleça uma produção intelectual capaz de descolonizar o pensamento e dar voz ao subalterno, pois conforme salienta Spivak (2014, p. 24), “a produção intelectual é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente”. É nesse sentido que Grosfoguel (2008), para referir-se ao capitalismo globalizado, cunhou a expressão “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal”. O autor propõe que “uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial trará um grande contributo a este debate [...], uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas e para a redefinição do capitalismo enquanto sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 41).

Portanto, a crítica de pensadores da periferia é fundamental, pois a noção largamente difundida do desenvolvimento pelos Estados Unidos, principalmente, é aquela que torna possível a todos os países alcançá-lo. Nesse sentido, ao estabelecer tal comparação, Furtado (1974, p. 75) foi contundente ao afirmar que não há possibilidade dos países pobres alcançarem o estágio dos países ricos industrializados, uma vez que “as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista”. Destarte, a ideia de desenvolvimento não representa mais que um mito, já que é inalcançável para a periferia um destino tal qual o dos países desenvolvidos. É preciso considerar os limites da Natureza, os problemas estruturais: consumo privilegiado predominante de poucos e as desigualdades sociais (FURTADO, 1974).

Porto-Gonçalves (2015, p. 53) destaca o “mito do desenvolvimento como uma consequência quase que exclusiva da ciência e tecnologia”, o que é claro desde que Furtado (1974) avançou ao desconstruí-lo, demonstrando haver conexões fundamentais entre o subdesenvolvimento e dependência dos países periféricos aos centrais. A crítica contundente de Porto-Gonçalves (2015) ocupa-se em pôr em tela a posição desigual na distribuição, tanto dos proveitos quanto dos rejeitos, no que ele chama de sistema-mundo moderno-colonial no qual a natureza é mercantilizável e tal lógica mercantil se impõe acima das possibilidades de existência do planeta, dando destaque para a colonialidade do poder, a partir do predomínio dos países cênicos sobre a periferia. É, destacadamente, “a exploração das populações dessas áreas [periferia capitalista] que tem tornado possível a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder mundial que vem se mantendo não só extremamente desigual como se polarizando ainda mais” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 42).

Santos (2011) também lembra que na economia internacional capitalista existem formações sociais dominantes e dependentes. Estas últimas têm seus próprios ciclos econômicos e leis internas de acumulação que requerem análise específica da sua situação de dependência. Se produz, dentro de um único sistema, a oposição entre um capitalismo dominante e um dependente já que “de un lado, produce un mercado mundial integrado de mercancías, fuerza de trabajo y capitales y, de otro, una alta concentración de la tecnología, la producción y los capitales en un centro hegemónico” (SANTOS, 2011, p. 21). Essa dicotomia dominante-dependente se expressa na visão de Porto-Gonçalves (2015) numa “separação entre os que produzem e os que consomem, entre os que ficam com os proveitos e quem fica com os rejeitos” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 132). Destacar visões como a desses pensadores é fundamental para que se produza conhecimento capaz de romper com o “modo histórico moderno-colonial de compreender a relação com o mundo forjada a partir de um contexto histórico-geográfico específico, o europeu, que se pensa universal” (PORTO-

GONÇALVES, 2015, p. 118).

3. O Desenvolvimento Sustentável no contexto do mercado

O desenvolvimento, no contexto do livre mercado, tem se tornado uma atividade econômica como a prestação de serviços ou assessoria. Pode-se incluir aí ainda todas as atividades relacionadas à agenda socioambiental nas empresas privadas. Nesse contexto, o espaço da mercadoria foi ampliado e, ao mesmo tempo, as práticas foram revestidas de políticas, promessas, declarações e atitudes que conservassem a ficção e consentissem a sustentação do desenvolvimento enquanto uma crença ao invés de uma ação efetiva (RIST, 2002).

Harvey (2013) lembra que o livre mercado e os mercados de capital aberto são formas de dominação dos países capitalistas desenvolvidos e que essa abertura tem sido forçada, predominantemente na periferia, por pressões de instituições multilaterais como o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), obrigando países a dismantelar suas proteções, configurando o fenômeno defendido por ele como acumulação via espoliação. É justamente na periferia capitalista, em regiões vulneráveis e degradadas que a espoliação assume sua forma mais desumana. Para o autor, as privatizações são exemplos de desposseções, o braço armado da acumulação por espoliação, que retiram do Estado (sempre um agente de acumulação por espoliação) ativos a ele confiados por seus representantes para entregá-los às empresas privadas mesmo em desacordo com a vontade popular.

Do final dos anos 1980 até aqui, percebe-se o predomínio do DS e de sua apropriação crescente pelas empresas, o que confirma o pensamento de Rist (2002) sobre o mercado que se cria para assessorias, o que pode ser facilmente constatado se for observado de perto o processo de confecção dos relatórios de sustentabilidade das empresas, por exemplo. Desde a coleta dos dados, à produção gráfica e até a auditoria das informações e inúmeros outros serviços para produção dos relatórios e para implantação de ações socioambientais é contratado no mercado. Destarte, se consolida um mercado da sustentabilidade uma vez que esta passa a se configurar segundo Bursztyn e Bursztyn (2013) num estado almejado pelas empresas.

A chegada de diversas corporações internacionais após a abertura de mercado, a exemplo de como ocorreu no Brasil dos anos 1990, fez com que práticas de gestão das questões sociais e ambientais eclodissem. Daí a crescente atenção dedicada aos temas como responsabilidade social, cujas organizações reprodutoras do discurso no país foram criadas nesse período: em 1995, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e em 1998 o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, ambas organizações sem finalidade lucrativa.

Trata-se de uma corporação denominada empresa neoliberal (COUTROT, 1998; SALMON, 2017), contemporânea, imersa na competição global, fruto de uma racionalidade neoliberal mundial. A liberalização das finanças na década de 1980 fez com que forças poderosas passassem a exercer pressões sobre os atores sociais no capitalismo globalizado. Tais forças são representadas por capital, ideias, modelos, instituições etc., às quais não somente subjaz uma nova visão de empresa, como a tendência à imposição de sua hegemonia. A empresa neoliberal foi viabilizada pelos mercados de capitais e pela desregulamentação financeira (COUTROT, 1998).

A empresa neoliberal tem o princípio da concorrência, exposto por Dardot e Laval

(2016), como sua principal característica. A empresa neoliberal é a negação da dimensão política na sustentabilidade, uma vez que age para dissuadir a ação de forças coletivas contestatórias via mecanismos de governança, que visam a eficiência econômica e a concentração do poder. É uma organização que se vale da idealização, tanto do trabalhador quanto da responsabilidade social (SALMON, 2017).

Essa corporação neoliberal converte a sustentabilidade em geração de valor de mercado. Num contexto da lógica concorrencial exposta por Dardot e Laval (2016), a empresa neoliberal se apresenta como sustentável, pela via discursiva, pois dessa forma se produz imagem competitiva, via práticas sustentáveis legitimadas pelo mercado, a exemplo da *Global Reporting Initiative* (GRI) e dos índices específicos para valorizar o preço das ações em bolsas de valores.

A sustentabilidade corporativa funciona como um discurso pacificador, que eleva a empresa da condição de causadora de danos ao Meio Ambiente a um agente de responsabilidade socioambiental, atuando segundo regras e mecanismos concebidos e legitimados pelo mercado. Ao invés de submetê-la aos controles do Estado e da sociedade, o discurso da sustentabilidade cumpre um papel inverso, pois confere legitimidade e mais liberdade à empresa, na medida em que viabiliza a licença social para operar. Tal discurso cumpre ainda uma função de reduzir riscos quanto ao investimento (MILANI; RIGHI; CERETTA; DIAS, 2012) e proporcionar ganhos diferenciados sobre as ações.

Com o crescente trabalho no engajamento social e ambiental a empresa, agora socialmente responsável, é “inserida no ambiente da “nova cidadania”, deixa de aparecer como uma entidade que tem entre os seus principais objetivos a obtenção do lucro” (KRAYCHETE, 2012, p. 259). Despreocupadas unicamente com sua rentabilidade as empresas se apresentam como sustentáveis, pois além da dimensão econômica se engajam em questões sociais e ambientais. Atualmente, portanto, “não há entidade corporativa que afronte a avassaladora adesão da opinião pública quanto ao imperativo de práticas – ou pelo menos de uma imagem – ecologicamente corretas” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 31).

Está consolidado, portanto, o mercado da sustentabilidade, que se institui a reboque das primeiras práticas de filantropia e responsabilidade social implementadas pelas empresas. A utilidade de tais práticas é desvelada por Dupas (2003) quando afirma que, não somente a empresa repolitizada utiliza a ação de responsabilidade social para se promover, agregar valor à marca e gerar dividendos de imagem publicamente, como também se vale do recuo das garantias e dos direitos sociais para exercer atividades econômicas. Para ele, tal ação “é despolitizadora da questão social, pois parte da desqualificação do poder público e, portanto, desconhece a possibilidade aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas visando criar compromisso e qualidade diante do cidadão” (DUPAS, 2003, p. 75).

Oliveira (2002) chama atenção para o reducionismo do sentido do público ao público não estatal, que apresenta um problema básico de não estar sujeito às regras de publicização. Como exemplo, ele oferece a atuação ética empresarial da qual parece consenso que não se pode duvidar da honestidade de seus propósitos, enquanto isso as organizações carecem de revelar publicamente os critérios universais que guiam seu funcionamento.

3.1 Do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade empresarial

Veiga (2006) apresenta três teses para o que é considerado sustentável. Para a primeira

delas é possível crescer economicamente e conservar o meio-ambiente e, inclusive, a partir de determinado momento acredita-se que o crescimento econômico contribui para melhorar as condições ambientais. A segunda aposta na retração ou na condição estacionária da economia, que seja capaz de dissolver a obsessão pelo crescimento do produto. Nesta, há um entrave para o capitalismo, tendo em vista que crescimento zero ou retração representam um empecilho à acumulação crescente de capital. E, finalmente, a terceira tese, que ganhou espaço internacional, a partir do Relatório Brundtland, responsável por legitimar e institucionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável. Esta tese sequer questiona a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, já parte do pressuposto que é possível e deve ser realizado. Retirar a contradição como mostra Nobre (2002) é a grande função, portanto, do DS.

Destarte, a contradição sai do discurso mas pode e deve ser observada a partir da conduta das empresas e ainda confrontada com a visão da sociedade civil, nos casos em que esta se organiza para fazer frente aos danos socioambientais provocados pelas corporações. Subjaz ao termo DS a ideia de aproximar a dimensão ambiental do olhar econômico, de aproximar a economia da ecologia, entretanto este intuito pode se tornar distante se observadas de perto as realidades que cercam a atividade produtiva das corporações capitalistas.

O discurso evoluiu do desenvolvimento econômico no sentido restrito para o clichê do desenvolvimento sustentável; da responsabilidade do Estado à atuação conjunta com a sociedade civil; da apropriação predatória de recursos à economia verde. Noção polissêmica, derivada do DS, a sustentabilidade se torna oportunidade de negócio e para isso demanda gestão. Para tanto, há disponíveis no mercado desde treinamentos para funcionários de empresas às disciplinas nas graduações e curso de pós-graduação para formar gestores. A sustentabilidade, maleável em sua definição, é atributo desejável ao desenvolvimento de caráter interdisciplinar (interseção das esferas econômica, social e ambiental), interinstitucional (exige ação e regulação de diversas estruturas de poder) intergeracional (ideia de solidariedade com as gerações futuras) (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Para Nobre (2002) o DS é um princípio discursivo e de aceitação universal, solução que foi encontrada para que desenvolvimento e meio ambiente deixassem de ser uma combinação antagônica. Dias (2011) afirma que as três dimensões da sustentabilidade se identificam com o *triple bottom line* e vem sendo difundido nas empresas do mundo como os três Ps – *people, planet e profit*. Com o crescimento das chamadas práticas de responsabilidade social nas corporações eles servem de categorias para apresentação dos resultados das empresas em seus relatórios de sustentabilidade e acredita-se que eles “refletem um conjunto de valores, objetivos e processos que uma organização deve focar para criar valor em três dimensões: econômica, social e ambiental” (DIAS, 2011, p. 46).

A adoção do discurso da sustentabilidade nas corporações vem se consolidando graças à atuação de organizações internacionais, tais como: o *World Business Council Sustainable Development* (WBCSD), organização sem finalidade lucrativa, na qual participam *Chief Executive Officers* (CEO) de diversas empresas, e possuem núcleos em diversos países do mundo. Essa organização visa a criar um futuro sustentável para os negócios, a sociedade e o ambiente. Para tanto promovem a difusão de estudos e práticas de sustentabilidade no meio empresarial; e o *Global Reporting Initiative* (GRI), também uma organização da sociedade civil fundada em Boston em 1997 e propõe uma coalização para economias ambientalmente sustentáveis. O GRI é responsável por criar, aprimorar e difundir a prática corporativa de

comunicar os resultados por meio dos relatórios anuais de sustentabilidade.

Está, portanto, montada uma arquitetura institucional e internacional para o campo da sustentabilidade corporativa, que já é consenso no mundo corporativo. A vertente mercadológica da sustentabilidade é apontada por Bursztyn e Bursztyn (2013) quando afirmam que ela é o principal desafio das organizações, além de representar uma oportunidade competitiva pela sobrevivência. Realizar ações e investimentos relacionados às questões de sustentabilidade é consenso entre as empresas que querem ser vistas pelo mercado e pela sociedade como ambiental e socialmente responsáveis. Ao passar a mensagem de que lucratividade e questão socioambiental podem coexistir harmonicamente, as empresas fazem do discurso sustentável um fator de competitividade.

Hart e Milstein (2004) apresentam uma conciliação entre sustentabilidade e crescimento econômico, considerando-a uma fonte de vantagem competitiva e geração de valor, uma oportunidade de negócios, que pode diminuir custos e elevar rendimentos das empresas. O mercado trata do tema como vantagem competitiva desde a década de 1990. Porter e Linde (1995) relatam que, na época, se apresentava ainda como uma novidade, a pretensão de conjugar competitividade e melhoria das condições ambientais. Naquele momento, os autores identificaram evidências de que a melhoria das condições ambientais havia se tornado um bom negócio, inclusive vislumbraram que ambientalistas, agências reguladoras e as empresas, no futuro próximo, iriam basear-se numa lógica econômica na qual subjaz uma imbricação entre o Meio Ambiente, a produtividade dos recursos, a inovação e a competitividade.

Tetreault (2013) se posiciona mais criticamente e trata a responsabilidade social empresarial (RSE) como uma estratégia que possibilita a penetração das empresas nos territórios e legitima suas atividades produtivas. Ainda segundo Dias (2011), o que move as empresas a adotar o discurso RSE é a estratégia de competitividade e a reputação corporativa que, segundo o referido autor, é um ativo intangível que traz vantagens em relação aos concorrentes. A RSE se insere no âmago do debate sobre sustentabilidade (ROBINSON; ANUMBA; CARRILLO; AL-GHASSANI, 2006). Segundo Banerjee (2003), pesquisa-se sobre RSE há pelo menos seis décadas, porém só mais recentemente ela alcançou o status de estratégia de produto ou serviço, uma vantagem competitiva.

Porter e Kramer (2006) expõem diversas empresas (Toyota, Urbi, Microsoft, dentre outras) com inovações pioneiras associadas à RSE para “beneficiar a sociedade” e, ao mesmo tempo, conferir-lhes competitividade. Segundo os autores, a empresa deve adicionar a dimensão social à sua proposta de valor, integrando-a à sua estratégia global (PORTER; KRAMER, 2006). Inclusive, para as empresas que não podem conceber toda a sua proposta de valor em torno da responsabilidade social, os autores indicam que adicionar uma dimensão social já é suficiente para alcançar uma nova fronteira no posicionamento competitivo. Ainda segundo os autores, o número de indústrias e empresas cuja vantagem competitiva pode incorporar propostas de valor social está em constante crescimento. Portanto, integrar as necessidades empresariais e sociais é importante para as operações de negócios e para o contexto competitivo da empresa.

Sob a influência do DS, os gestores passaram a se importar com os resultados gerados para os diversos *stakeholders* envolvidos em sua organização e não somente com a perspectiva dos acionistas (BARIN-CRUZ; PEDROZO; ESTIVALETE, 2006). O DS serve, portanto, à manutenção das vantagens competitivas da organização com vistas a melhorar sua posição no mercado. Dito de outra maneira, a sustentabilidade deve ser adotada porque faz

sentido para os negócios (ROBINSON; ANUMBA; CARRILLO; AL-GHASSANI, 2006). Sob uma regulação no âmbito totalmente privado, as escolhas sobre em qual problema socioambiental atuar é feita a partir da conveniência do mercado e não a partir da importância do problema público a ser enfrentado. Nesse sentido, Porter e Kramer (2006) recomendam que as empresas identifiquem o conjunto de demandas societárias que estiverem melhor equipadas para contribuir com soluções ajudar e para o qual estejam aptas a obter o maior benefício competitivo.

Conforme Tachizawa (2011, p. 55), há expectativa das partes interessadas para que as empresas adotem uma postura socialmente responsável. Tal postura recompensa a organização conferindo-lhe “[...] vantagens competitivas, quando não redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazos [...]”. O viés mercadológico da sustentabilidade também é apontado por Bursztyn e Bursztyn (2013), quando afirmam que ela representa uma oportunidade competitiva pela sobrevivência. A sustentabilidade, portanto, subjaz à lógica da competitividade, isso se verifica quando o mercado assume que “[...] a busca por maior competitividade deve estar vinculada à perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável [...]” (DIAS, 2012, p. 23). A sustentabilidade, enquanto prática discursiva, é funcional ao capitalismo, uma vez que, atualmente, “[...] não há entidade corporativa que afronte a avassaladora adesão da opinião pública quanto ao imperativo de práticas – ou pelo menos de uma imagem – ecologicamente corretas” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 31).

Destarte, defende-se neste trabalho que o termo sustentabilidade, oriundo da noção de Desenvolvimento Sustentável, “foi apropriado pela racionalidade econômica e tergiversado dentro do discurso do desenvolvimento *sostenible*” (LEFF, 2009, p. 208). Dentre as críticas a ele, está a de autores, tais quais Escobar e Rist, que afirmam que as adjetivações de “social” e “sustentável” atribuídas ao termo desenvolvimento não são mais do que fraudes, conforme aponta Veiga (2015). O autor considera ainda que “seja qual for o adjetivo que lhe seja posto, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento se resumiria ao crescimento econômico [...] à acumulação de capital” (p. 51).

Tratando especificamente do desenvolvimento sustentável no âmbito empresarial, Dias (2011) apresenta uma crítica sobre o alcance limitado do conceito. Segundo esse pensador, a chegada do desenvolvimento sustentável nas empresas tem se operacionalizado mais como formas de gestão ditas eficientes, associadas às práticas relacionadas à ecoeficiência e a produção mais limpa do que tem representado uma elevação real no nível de consciência do empresariado no que tange à perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável.

Acselrad (2008) afirma que a discussão de sustentabilidade é predominantemente esvaziada de categorias que deem conta da diversidade social e da legitimidade das variadas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais nos territórios. Esse posicionamento sugere a crítica à incorporação da sustentabilidade na gestão empresarial que constrói para si uma normatização privada, que leva à produção e reprodução de técnicas e indicadores para mensuração do quanto uma corporação alcança de sustentabilidade sem antes discutir se, de fato, a sustentabilidade é possível no contexto do capitalismo. Além de partir do inquestionável pressuposto de que é possível haver sustentabilidade no capitalismo, são as próprias empresas ou organizações por elas apoiadas que criam as regras e definem os parâmetros para sua mensuração, por exemplo: *International Organization for Standardization* (ISO), Instituto Ethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBEDS), GIFE, GRI, dentre outras.

Apesar da arquitetura institucional para produzir e reproduzir a agenda socioambiental globalmente e, haja vista a ascensão do discurso mimético da sustentabilidade nas corporações, não se foi ainda além da retórica, não houve, de fato, a transição para a sustentabilidade (LEFF, 2009). Conforme Martineau e Lafontaine (2019), as empresas consideram a Natureza apenas em sua forma mercantilizada, fazendo desta uma mercadoria comoditizada. Perde-se, portanto, a conexão com a Natureza real, integrando-a em mecanismos de mercado, que levam em conta somente seus aspectos quantitativos e calculáveis. Abandona-se uma relação afetiva com a Natureza em favor de um relacionamento remoto, objetivo e mercantilizado.

A sustentabilidade empresarial funciona como um discurso (PRATES, 2013), é resultado de um trabalho ideológico de organização de sentidos que opera um deslocamento, uma transfiguração. Temos em uma síntese complementar à noção de transfiguração que converte o DS em sustentabilidade, termo que soa mais positivo e adaptável, transfigurando-se em sustentabilidade corporativa. As empresas, portanto, utilizam seus discursos corporativos que atuam no deslocamento do foco da sustentabilidade planetária para a sustentação da corporação por meio de oportunidades de crescimento (BANERJEE, 2003).

O uso do termo transfiguração na discussão aqui proposta, como tratado por Orlandi (1993, p. 7), tem a ver com o fato de que “na constituição dos sentidos eles podem sofrer um deslizamento, um processo de transferência que faz com que apareçam como deslocados”, sem perder de vista que “a organização dos sentidos é trabalho ideológico [...]” e que “[...] o lugar das idéias é função desse trabalho”. Ideologicamente, portanto, as empresas, localizadas no modo de produção capitalista seguem a despersonalizar a Natureza, retirando-lhe sentidos de uma relação de pertencimento e complementaridade com a espécie humana para, intencionalmente, liberá-la para se tornar resíduo da atividade industrial e extrativista. Assim, sustentabilidade é um mito de autoria das empresas para legitimar o saque à Natureza. O autor destaca que os seres humanos se alienaram da Terra, abandonando uma compreensão de que tudo é Natureza e substituindo-a pela cisão entre a Terra e a humanidade. As corporações, perversamente, contribuem para eliminar o que restou de uma parcela da humanidade que vive em conexão com a Terra, com corresponsabilidade e respeito pelo direito à vida de uma constelação de seres, dentre eles rios e montanhas, que merecem compartilhar a vida com os humanos (KRENAK, 2019).

Apesar de cada vez mais empresas, sejam de médio ou de grande porte, virem introduzindo a sustentabilidade nos negócios (SZÉKELY; KNIRSCH, 2005), o Meio Ambiente permanece sendo degradado continuamente (LANDRUM, 2017). É a partir desta contradição, que tomamos a sustentabilidade empresarial como uma transfiguração, um deslizamento do lugar do DS. Consideramos que há um trabalho ideológico de mobilização de sentidos em torno da preocupação com o Meio Ambiente natural e social para buscar encobrir os reais motivos pelos quais as empresas tratam da sustentabilidade. Ainda que o real revele o contrário, parece haver uma insistência das empresas em incorporar simbólica ou imagetivamente a ideia de sustentabilidade corporativa.

4. Considerações Finais

Por meio de uma revisão de literatura, este artigo apresentou a origem da sustentabilidade, entendendo-a enquanto uma transfiguração do desenvolvimento sustentável, para atender à norma da concorrência, intrínseca à razão neoliberal.

Constatou-se que o desenvolvimento sustentável foi forjado como alternativa à possibilidade de frear ou reduzir o ritmo da acumulação capitalista. A sustentabilidade no âmbito do mercado funciona como uma cortina de fumaça que visa a deslocar o foco de atenção da sociedade dos problemas socioambientais que a empresa neoliberal provoca, colocando à frente suas ações no âmbito da chamada responsabilidade socioambiental.

Observou-se ainda que a sustentabilidade, sob a égide do modo de produção capitalista, não se sustenta ao se realizar um exame mais crítico que leve em consideração o processo predatório de acumulação via da espoliação, peculiar às grandes corporações transnacionais. Essas são as mesmas que ostentam sofisticadas práticas de sustentabilidade e figuram dentre grupos seletos cujas ações são vinculadas a índices específicos de sustentabilidade em bolsas de valores, que chancelam uma conduta social e ambientalmente sustentáveis. Percebeu-se também que as corporações utilizam a força do poder econômico para tornar mercantilizáveis bens que não são fruto do esforço do trabalho humano há, portanto, uma apropriação privada dos bens naturais coletivos pelo lado das empresas neoliberais, que necessitam aumentar sua produtividade e, alcançam esse fim ao transformar bens não mercantis em mercadoria, ao mesmo tempo em que, transferem os danos socioambientais à sociedade, com destaque para as populações dos países com natureza abundante e menor regulação.

Esse estudo apontou que, se por um lado a empresa neoliberal provoca danos socioambientais, por outro formata discursos e desenvolve ações de cunho social e ambiental, tanto implementadas nos processos internos quanto ofertadas ao público do entorno de seus empreendimentos e da sociedade em geral com vistas a criar uma imagem e relações favoráveis com os diversos públicos com os quais se relaciona: comunidades, movimentos sociais, governo, funcionários, clientes, fornecedores e etc.

O estudo em tela indicou que a retórica da sustentabilidade tem origens no ideário ocidental do desenvolvimento capitalista. Problematizou-se ainda que a construção da ideia de desenvolvimento, historicamente se interessou e se orientou pelas demandas do mercado sempre a partir dos interesses de exploração do centro em relação à periferia capitalista desde o período pós-SGM. Nesse sentido, destacou-se que as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade foram construídas segundo os interesses dos países dominantes. Assim, percebeu-se uma relação de colonialidade histórica que submete os países periféricos ao crivo da concepção e dos critérios de sustentabilidade forjado segundo os interesses de países ricos centrais no capitalismo.

Revelou-se a sustentabilidade nas corporações tão somente uma quimera tal qual a ideia hegemônica de desenvolvimento, chamado por Gilbert Rist de “crença do ocidente” e por Celso Furtado (1974) de “mito”. A junção entre sustentabilidade e desenvolvimento é bastante contraditória e, portanto, falaciosa uma vez que se insere no sistema-mundo cuja lógica de acumulação não permite, de fato, que as dimensões social e ambiental tenham a mesma prioridade da vertente econômica, o que é notório, uma vez que o modo de produção inerente a tal sistema pressupõe um consumo acelerado e destrutivo da Natureza.

Destarte, constatou-se que o objetivo central da proclamação da sustentabilidade é a não interrupção do crescimento econômico, pois o que precisa se tornar duradoura, a todo custo, é a acumulação capitalista ainda que mascarada pelo discurso de sustentabilidade que torna compatíveis, por um recurso discursivo, o crescimento econômico e a preservação da Natureza. Por fim, identificou-se que, nos moldes do capitalismo neoliberal, enquanto a Natureza é reduzida à condição de mero recurso nos processos produtivos que sustentam o

desenvolvimento capitalista, pela via discursiva, a empresa neoliberal segue apresentando-se como responsável por assegurar a realização de um desenvolvimento sustentável para a manutenção das condições de vida no planeta.

Ressalta-se, por oportuno, que, uma limitação considerável deste trabalho representa o fato de não haver uma investigação empírica associada à discussão teórica. Uma segunda limitação tem a ver com o fato desta pesquisa apenas se aproximar da complexidade que representa o fenômeno da adoção da sustentabilidade por parte do mercado. Para futuros estudos, sugere-se, analisar o fenômeno a partir dos relatórios de sustentabilidade de grandes corporações com atuação transnacional.

Referências

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2, 2008, Santa Cruz do Sul, RS [Anais eletrônicos...]

ACSELRAD et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental. In: **e-cadernos CES**, n. 17, 2013, p. 190-20.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development?: sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, London, v. 24, n. 1, p. 143–180, jan. 2003.

BARIN-CRUZ, Luciano; PEDROZO; Eugênio Ávila; ESTIVALETE, Vânia de Fátima Barros. Towards sustainable development strategies: a complex view following the contribution of Edgar Morin. **Management Decision**, York, v. 44, n. 7, p. 871-891, 2006.

BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika; KIM, Rakhyun E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26–27, p. 26-31, jun. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517300209>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1991. 430p.

COUTROT, Thomas. L'entreprise néo-libérale: la coopération forcée. In: COUTROT, Thomas. **Dans L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?:** Enquête sur les modes d'organisation du travail. Paris, La Découverte, 1998. Cap. 8, p. 219-253.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo : Paz e

Terra, 2013.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NELSON, Camila Magalhães; NUNES, Leticia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. ISSN 1982-0259 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004>. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-498020120001000000&lng=en&nrm=iso)

[498020120001000000&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-498020120001000000&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 set. 2019.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117p.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p 115-147, março. 2008.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. **GV-executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio./jul. 2004. ISSN 1806-8979 versão *online*.

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v3n2.2004.34820> Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34820>. Acesso em: 13 ago. 2019.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IGLESIA-CARUNCHO, Manuel. La cooperación para el desarrollo en un mundo en cambio. In: _____. **El impacto económico y social de la cooperación para el desarrollo**. Madrid: Ed. IUDC La Catarata, 2005. Cap. 1, p. 35-76.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. O Lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. **Caderno CRH**, v 25, n 65, p. 251-268. Salvador, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDRUM, Nancy E. Stages of corporate sustainability: integrating the strong sustainability worldview. **Organization & Environment**, Thousand Oaks, v. 31, n. 4, p. 287–313, jul, 2017.

LAUTIER, Bruno. O Consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? **Caderno CRH**, v 23, n 59, p. 353-368. Salvador, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINEAU, Régis; LAFONTAINE, Jean-Phillipe. When carbon accounting systems make us forget nature: from commodification to reification. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**. Bradford, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print, jun. 2019. ISSN: 2040-8021 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2018-0178>.

Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SAMPJ-07-2018-0178/full/html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MILANI, Bruno; RIGHI, Marcelo Brutti; CERETTA, Paulo Sérgio; DIAS, Valéria da Veiga. Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o

risco e o retorno dos investimentos?. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, p. 667-682, 2012.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito**. 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. 368 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et ali (Orgs.). **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

OLIVEIRA, J.A.P. **Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 16-30.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Prefácio. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1993. p. 7-9. (Coleção Linguagem/crítica).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do obvio**. 5. ed. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 317p.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van der. Green and competitive: ending the stalemate. **Harvard Business Review**, Brighton, v. 73, n. 5, p. 120-129, 1995.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. The link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard business review**, Brighton, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 461p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2016. 148p.

PRATES, Vinicius. **A natureza deslocada: construção dos sentidos da sustentabilidade nas revistas de economia e negócios Exame, Época Negócios e IstoÉ Dinheiro**. Orientador: José Luiz Aidar Prado. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROBINSON, Herbert S.; ANUMBA, Chimay J.; CARRILLO, Patricia M.; AL-GHASSANI, Ahmed M. “STEPS: a knowledge management maturity roadmap for corporate sustainability”, **Business Process Management Journal**, Bradford, v. 12, n. 6, p. 793-808, nov. 2006.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

SANTOS, Theotônio dos. Introducción; La corporación multinacional: célula del imperialismo contemporáneo. In: **Imperialismo y Independencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho. Caracas, 2011.

SZÉKELY, Francisco; KNIRSCH, Marianna. Responsible leadership and corporate social responsibility: metrics for sustainable performance. **European Management Journal**, London, v. 23, n. 6, p. 628-647, dec. 2005.

TETREAULT, Darcy. La megaminería en México. Reformas estructurales y resistencia.

Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales, Quito, n. 14, p. 214-232, sept. 2013.

TRUMAN, Harry S. **Truman's inaugural address, January 20, 1949**. Washington, DC: Library and Museum, 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm. Acesso em: 04 mar. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 2a. Ed.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 231 p.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283.